

AMBIENTE INFORMACIONAL DE ARQUIVOS: A EMERGÊNCIA ESTÉTICA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Ismaelly Batista dos Santos Silva

Bacharel em Arquivologia e Mestra em Ciência da Informação
pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

E-mail: ismaellybatista@gmail.com

Resumo: As discussões sobre a condição de trabalho nos ambientes informacionais de unidades de informação, em especial dos arquivos, transpassaram os diálogos no âmbito profissional e ganharam há alguns anos o embasamento político da devida atenção para sua relevância científica e pragmática enquanto fenômeno social. Destarte, neste artigo, busca-se refletir sobre a qualidade do arquivo enquanto ambiente informacional em sua dimensão estrutural que conjuga local de trabalho e acesso à informação de valor cultural. As estratégias de pesquisa utilizadas foram: descritiva e bibliográfica (do ponto de vista dos objetivos), com abordagem qualitativa. Como resultados, chama-se a atenção para a emergência da qualidade funcional e estética dos arquivos, pois, enquanto ambientes de trabalho, estes necessitam de condições favoráveis ao labor de diferentes profissionais, a exemplo do arquivista e do técnico em arquivo. Enquanto mecanismo de difusão cultural, os arquivos requerem um aprimoramento da infraestrutura para melhor atender seus usuários. Conclui-se que os arquivos, assim como qualquer outra unidade de informação, necessitam dispor de um layout adequado a fim de cativar seus usuários para além do material tratado em seu acervo, pois eles são o elo proeminente entre a razão do trabalho e a quem são projetados os resultados no contexto das unidades de informação, sendo, por sua vez, os usuários influenciáveis cognitivamente por sua propensão ao belo.

Palavras-chave: Arquivos. Estética. Sociedade da Informação.



1 INTRODUÇÃO

O contexto social vive transformações sucessivas, múltiplas e rápidas, e a sociedade contemporânea, em face de tais mudanças,

vem sendo denominada por muitos teóricos de diferentes correntes de pensamento como: sociedade da informação (DOMINGUES, 1999), sociedade do conhecimento (CASTELLS, 2005) ou, mesmo, pós-custodial (RIBEIRO, 2005). Essas denominações são a representação genérica que marca a passagem de determinada atuação do ser humano enquanto sujeito no tempo e no espaço, o que acaba por refletir suas vivências mediante a cronologia dos aspectos expressivos e características do momento social.

Essas distintas, mas não paralelas, representações do que seja a sociedade contemporânea, marcada pela necessidade (quase que prioritária) da informação, não podem furtar-se a pensar que o desejo e o interesse pelo desconhecido fazem parte da natureza humana, e a atração do ser humano pelas “coisas” novas sempre esteve atrelada ao belo. É a beleza que encanta, instiga e propicia, mesmo que superficialmente, a experiência estética diante do “novo”, do que pode ser (e provavelmente é) aprazível e atrativo em detrimento de uma série de outros elementos que não o são.

O impulso cognitivo movido pelos sentidos é latente e visível, além de comprovado pela experiência científica. O indivíduo é movido pela paixão e, ao se apaixonar por algo, passa a dedicar muito de si ao objeto de desejo, a exemplo do sentimento de paixão que causa arrepio, dilata as pupilas, acelera os batimentos cardíacos e volve quase que totalmente a atenção, mediante o estado de “alerta” para com o objeto/ser “amado”. (MARTINS, 2004). O que não é diferente quando se trata da informação. Os enunciados que têm o apelo mais significativo segundo sua apresentação possuem grandes probabilidades de serem eles os eleitos e, possivelmente, aqueles aos quais se pode dedicar tempo para leitura.

Um dos grandes paradigmas dos novos profissionais da informação tem sido exatamente como tornar a informação cada vez mais presente em acervos de custódia acessível, inclusive em longo prazo, como se vê nas discussões sobre preservação digital, muito em voga na atualidade. Porém, para além de tornar a informação acessível, tomando por base uma série de requisitos

técnicos específicos de tratamento da informação no âmbito das unidades de informação, felizmente há uma parcela de pesquisadores no Brasil e no mundo que têm se debruçado sobre os aspectos cognitivos de construção de um cenário (principalmente virtual) que possa conjugar acessibilidade e usabilidade, como por exemplo, através das iniciativas epistemológicas dentro da perspectiva de arquitetura da informação.

Até então, há duas fortes correntes de pensamento no contexto da informação: uma visa tratar e dar acesso; e outra busca planejar sua organização para uma experiência positiva do ponto de vista do usuário. O que não pode de forma alguma deixar furtar-se à memória é que, para além da tecnologia que avança e torna cada vez mais a informação um resíduo digital, a forma física nos atributos de materialidade do que foi e ainda é produzido pelo homem, enquanto informação registrada e, tão logo um documento, encontra-se reunida em instituições que congregam acervos e os respectivos profissionais que nelas atuam.

Também denominados de unidades de informação (INNARELLI, 2012), lugares de memória (NORA, 1993) e instituições-memória (LE GOFF, 1980), o fato é que arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação são diversificados em todos os sentidos, sejam pela caracterização do local, técnicas de tratamento informacional, usuários, mas, principalmente, pelo arsenal de bens que compõem seu acervo. Muitas vezes híbridos, os documentos que constituem o patrimônio da instituição mantenedora perpassam o físico e o virtual e, por sua vez, demandam uma infraestrutura funcional (o que, dentre outras coisas, sinaliza para a formalização de um ambiente enquanto espaço de trabalho e acesso à informação) que, no caso das unidades de informação, conjuga cultura e informação.

Nesse sentido, no presente artigo, busca-se refletir sobre a qualidade do ambiente na perspectiva das unidades de informação, mas com ligeira ênfase nos arquivos enquanto ambiente informacional em sua dimensão estrutural que conjuga local de labor e acesso à informação de valor à cultura no contexto

socioinstitucional. As indagações que movem as reflexões do estudo são: *Como estão caracterizados os ambientes informacionais de arquivos com base na infraestrutura e estética? Essas condições interferem nas atividades comuns aos arquivos, tais como a atuação profissional e o atendimento aos usuários?* Essas e outras colocações, por sua vez, serão abordadas ao longo das próximas seções.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A sociedade, imersa em sua diversidade cultural ao longo de séculos, vem construindo seu legado que, enquanto fruto da ação do homem (ser social), constitui-se de memórias impregnadas de glórias e fracassos no que diz respeito as suas relações.

Como meio de preservação da memória, muitos artefatos simbólicos ou mesmo documentos são preservados com vistas a fazer lembrar o que se viveu ou não, como no caso de gerações antepassadas. Tais iniciativas são, hoje, claramente atribuídas às:

Preocupações da sociedade mais ampla, que passava a se inquietar, cada vez mais, com a “destruição de sua memória” e com as consequências políticas e culturais do “esquecimento”, sobretudo do esquecimento de acontecimentos traumáticos, vividos em tempos recentes e que não deviam mais se repetir. Por isso, ganhou espaço a ideia de um “dever de memória”, que em seu sentido primordial tem uma dimensão de reconhecimento da sociedade e do Estado em relação às “perdas e injustiças” sofridas por determinado grupos, que por sua vez se mobilizavam para reivindicar reparações de vários tipos, entre as quais seu próprio “direito à memória”. Porém, é possível igualmente reconhecer que, ao lado do que se convencionou chamar de “dever de memória”, e em diálogo com ele, também se desenvolveram uma consciência social e um desejo de “preservar” memórias de vários grupos e instituições, não mais necessariamente no marco da reparação de dívidas sociais e políticas. Assim, crescem as iniciativas, públicas e privadas, com explícito

objetivo de guardar e também de produzir documentação, capaz de “garantir” as memórias – no plural – de um número cada vez maior e mais diferenciado de grupos sociais, quer sejam reconhecidos como excluídos, quer não (BIAVOASCHI; LÜBBE; MIRANDA, 2007, p. 23).

Uma vez incorporados às premissas de dever e de direito à memória, os artefatos da memória ou documentos são preservados e convencionalmente reunidos em instituições próprias por afinidade ou características informativas, bem como mecanismos de aquisição viáveis ao seu tratamento e disseminação, uma vez que unidades de informação ou:

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes ao material de distintas origens (BELLOTTO, 2006, p.31).

Infelizmente, mesmo sendo atribuída a devida importância tanto para memória quanto à informação, enquanto locais de guarda e tratamento de acervos culturais, os ambientes informacionais chegam a ser organizados ou progressivamente adaptados de forma equivocada, prejudicando e comprometendo o exercício do ofício profissional, pois:

Os ambientes de bibliotecas, arquivos e museus não são ambientes refratários, estão repletos de agentes de risco que podem ser de origem física, química, biológica, ergonômica e de acidente. Os trabalhadores em sua jornada de trabalho são confrontados, a cada momento, com um destes agentes ou com todos ao mesmo tempo, sobretudo na manipulação do instrumental, na execução de técnicas de conservação, no manejo do acervo estando sujeitos a riscos de exposição, dano e acidente (SILVA, 2012, p. 145).

Em outras palavras, na prática, as unidades de informação, apesar de seu *status* valorativo e de impacto para sociedade, tão difundidos no meio acadêmico, são acometidas por males organizacionais assim como qualquer outro ambiente de trabalho (SILVA, 2016). Contudo, as implicações tendem a ser ainda mais agravantes, ao passo que os agentes/riscos ambientais, ao acometerem os profissionais da informação, toda uma malha social que se baseia na informação pode ser comprometida. E, de forma mais expressiva, se os danos por meio dos agentes forem graves aos acervos, as implicações nas variáveis de acesso e usos da informação tendem a ficar igualmente comprometidas, muitas vezes de forma irreversível (SILVA, 2016).

Quando se trata consecutivamente riscos ambientais e prejuízo à cadeia produtiva e de custódia dos sistemas de informação das unidades de informação e sua influência direta no contexto institucional, acaba-se por se reportar ao universo dos arquivos, pois um arquivo:

É um órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada à qual serve) e em seu acervo os conjuntos documentais estão reunidos segundo sua origem e função, isto é, suas divisões correspondem ao organograma da respectiva administração; que os objetos primários do arquivo são jurídicos, funcionais e administrativos e que os fins secundários serão culturais e de pesquisa histórica, quando estiver ultrapassado o prazo de validade jurídica dos documentos (em outras palavras, quando cessarem as razões porque foram criados); e que a fonte geradora é única, ou seja, é administrativa ou é pessoal à qual o arquivo é ligado (BELLOTTO, 2006, p. 38).

Os arquivos, ao refletirem as relações institucionais e hierárquicas de uma instituição, caracterizam-se tão logo enquanto vitais à sustentação da administração por meio da informação estratégica, assim como, consecutivamente, sua repercussão se estende ao meio social no qual estejam inseridos. Todavia, as

variáveis de infraestrutura não fogem à realidade do contexto genérico descrito anteriormente para as unidades de informação, principalmente quanto aos problemas estruturais, visto que nos arquivos:

A organização, quando existe, fundamenta-se no empirismo e na improvisação. Os métodos utilizados oscilam entre a fragmentação dos dossiês de assunto, o arquivamento por espécie documental, por ato de recebimento ou expedição, pela numeração etc. [...] Muitos desses locais têm problemas nas instalações elétricas e hidráulicas e na ventilação. Os equipamentos de segurança, quando existem, são inadequados e colocados em locais de difícil acesso, no caso de um sinistro. Não há notícias de planos preparados previamente para situações de emergência. Percebe-se o acúmulo de lixo e de poeira. Essa situação possibilita a proliferação de roedores e insetos. Os documentos são armazenados em estantes e arquivos de aço, armários e estantes de madeira, entre outros. Observa-se que uma parcela do mobiliário necessita de alguns reparos ou mesmo de sua substituição. (SOUSA, 1997, p. 02).

Mediante tantos aspectos, como necessidade e dever de memória, importância das unidades de informação na disseminação de informação para a sociedade e iminência de fatores de risco aos ambientes institucionais de acervo, que comprometem os documentos e a qualidade de vida dos profissionais, logo se pode pensar em uma projeção da situação na qual se encontram os sistemas de informações pautados nas unidades de informação no país, ou seja, se não há condições profícuas ambientais de trabalho, o que se pode dizer de um local no qual o usuário sinta-se atraído e motivado a participar efetivamente das ações desenvolvidas (se desenvolvidas) pela instituição?

Essas questões tornam-se ainda mais densas se pensadas hipoteticamente em um cenário crítico no qual não houvesse a possibilidade de melhorias e todo o sistema estagnasse, vindo a falir e encerrasse a precatória das unidades de informação no contexto social, pois:

Os homens sem símbolos ou cultura ficariam perdidos e o mundo como nós o conhecemos desmoronaria. Enquanto os símbolos e as normas/regras que eles contêm podem parecer uma obrigação, especialmente em um mundo moderno, em que a revolução da informação está sempre gerando novos sistemas de símbolos e que não se pode escapar de um mundo saturado de sinalizações, nós não saberíamos sem tais sistemas de símbolos como agir, como criar novos relacionamentos, e como construir e viver nas estruturas da vida moderna. Em síntese o homem opera com um código genético e um cultural (TUNER, 1999, p. 33).

A abordagem descrita serve de base para muitas reflexões, mas não se pode pensar em um “apocalipse” informacional, mas se concentrar apenas em questões práticas de difusão e uso da informação.

Sabe-se que, mesmo diante das adversidades presentes nos ambientes das unidades de informação, os profissionais que nelas atuam têm se desdobrado e atuado no enfrentamento de tais circunstâncias desfavoráveis e injetado, através de seus conhecimentos técnicos, uma série de mecanismos balizadores para contornar as condições de trabalho a fim de que a informação esteja disponível ao seu usuário mesmo que de forma ainda preliminar (SOUSA, 1997).

Nesse sentido e na melhor das projeções, adote-se outra visão hipotética em que o acesso é consolidado para a informação presente nos arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação. Infelizmente, isso não seria suficiente o que, claro, pode ser constatado através dos estudos de usuários e avaliação interna das instituições, mas provavelmente uma questão que é pouco abordada, de forma clara, é a necessidade de o ser humano ser atraído, mesmo quando o objeto seja potencialmente de seu interesse, e, nesse caso, pode-se entender como sendo a informação. Nas palavras de Dufrenne (1998):

O homem ser sensível ao belo é um fato que indica, conforme Kant, sua aptidão para a moralidade. De acordo livre das faculdades, que desperta em nós um sentimento de prazer, se produz quando seu exercício é como que sublimado: o intelecto se supera rumo à razão quando os conceitos se ampliam em ideias estéticas e quando a brancura do lírio se torna símbolo da inocência, e a imaginação se libera do domínio do intelecto, refletindo a força do objeto e se divertindo na contemplação da figura (DUFRENNE, 1998, p.26).

Em entrevista sobre seu livro *InfoEstética* à revista brasileira Trópico (2007, p.1), Lev Mannovich, que estuda os fenômenos culturais mediante a abordagem estética no contexto da sociedade da informação globalizada, esclarece a respeito da dialética existente na concepção de “estética”, comumente associada, de forma estreita, à beleza, pois:

Em seu sentido popular, estética quase sempre se refere à beleza e ao gosto. Mas “estética” também tem outro sentido o de um princípio ou um conjunto de princípios; uma visão normalmente manifestada através dos parâmetros ou estilos do comportamento. Ao mesmo tempo o sentido mais comum de “estética” referindo-se à beleza também é relevante. Cada período cultural redefine o que é considerado belo.

Perante a abordagem acima, assim como em face do mecanismo de encantamento humano à realidade das unidades de informação e, mais especificamente, no caso dos arquivos, (in) felizmente, há que se repensar as condições com as quais se trabalha o processo de difusão da informação, uma vez que, se é nato ao homem projetar o belo à forma superior de conhecimento. Mesmo que a organização do trabalho arquivístico seja alcançada em seu tratamento técnico e procedimental, diante da documentação, ainda se tem muito para avançar, na forma como os elementos que envolvem os acervos e suas dependências estão caracterizados, pois não são suficientes para atrair, encantar ou fidelizar os usuários.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como aparelhos conceituais aplicados ao estudo, foram selecionadas as variáveis estética e cognitiva, segundo Dufrenne (1998); Norman (2008) e Nasio (1999), que foram aplicadas à análise do ambiente informacional das unidades de informação e, especialmente, aos arquivos nas perspectivas de Bellotto (2006) e Sousa (1997).

Do ponto de vista dos objetivos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica enquanto estratégia de coleta de dados e, nesse sentido, foram adotadas as fontes secundárias, tais como: livros, revistas, artigos científicos, periódicos e publicações das bases de dados da SciELO.

Os descritores adotados nas plataformas de dados, enquanto mecanismo de recuperação de informações e recorte para pesquisa foram: *Arquivologia, Unidades de Informação, Profissionais da Informação, Arquivos, Qualidade Ambiental, Gestão Ambiental, Estética, Cultura, Cognição, Processamento da Informação.*

Além da abordagem conceitual aplicada aos procedimentos de avaliação dos dados, adotou-se o mecanismo de análise de conteúdo, pois compreende uma:

[...] metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999, p. 9).

A pesquisa caracteriza-se como sendo do tipo descritiva, ou seja, após reunir uma série de dados na etapa de levantamento, passa-se a refletir sobre eles e, em seguida, descrevê-los (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

A abordagem de análise é qualitativa segundo a perspectiva de Richardson (1999), cuja modalidade metodológica pode

descrever as complexidades das variáveis segundo o ponto de vista da problemática que foi previamente estabelecida pelo pesquisador.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Pensar na situação das unidades de informação, antes de tudo, leva a entender que boa parte do que se possui em termos de infraestrutura (exceto no caráter de conservação) é consequência das ações administrativas, ou seja, o sucesso ou fracasso no desenvolvimento do ambiente é reflexo da tomada de decisão dos gestores que, na maioria das vezes, encontram-se influenciados pela cultura organizacional.

Em boa parte das instituições e organizações é o núcleo gestor quem toma as decisões. É ele quem analisa as necessidades apresentadas e, mediante aprovação, indica quanto e onde serão investidos os recursos disponíveis, inclusive, nas demandas por inovação e aspectos de aprimoramento em infraestrutura. Geralmente os gestores são influenciados pela cultura organizacional que tem grande carga dos valores da sociedade, e esta, por sua vez, tende a valorizar o que tradicionalmente obteve ou gera status na instituição. Nesse contexto, tudo que acaba sendo visível ao público da instituição geralmente tende a ser favorecido (GASPARINI, 2009).

Reportando esse contexto para o cenário específico de instituições que mantém notoriamente em seu quadro organizacional unidades de informação, algumas são beneficiadas em detrimento de outras, mesmo que as demandas sejam diferentes. Por exemplo, quando possível, tende-se a investir em ambientes informacionais como museus e bibliotecas, por configurarem historicamente como locais de grande fluxo de pessoas e visando a manutenção dos prováveis “cartões de visita” da organização.

Os Arquivos e centros de documentação, mas principalmente os arquivos, por outro lado, que tradicionalmente dão acesso aos usuários internos e um seletivo grupo de pesquisadores exatamente

pela cultura social de acesso aos arquivos, que, felizmente vem sendo revista por meio das iniciativas profissional e jurídica normativas no país. Quando não se tratam de arquivos públicos de grande alcance como no caso dos arquivos históricos (dos Municípios, Estado ou Federação), e, em uma relação desproporcional aos museus e bibliotecas, estes acabam sendo desfavorecidos no que diz respeito à aplicação de recursos principalmente ao *layout* do ambiente para fins de torná-los esteticamente tão atrativos e apresentáveis quanto o cenário descrito anteriormente.

Esse círculo vicioso só compromete e vulnerabiliza a situação dos arquivos, assim como gera uma série de transtornos aos usuários, corroborando com a violência contra o arquivista ou técnico em arquivo a partir do momento que esses profissionais ficam expostos a aspectos ligados às condições, materiais e ambientais, de trabalho que, por vezes, são insalubres, além da questão socio-organizacional que deprime e mitiga a motivação no local de trabalho (MENDES, 2007).

Essa é a realidade infeliz de uma cultura organizacional que acaba agravando ainda mais o cenário já prejudicado de determinadas unidades de informação, em especial, dos arquivos. Isso se torna crítico ao passo que o peso da visibilidade encontra-se arraigado em uma cultura massificada e arcaica, condizente com uma série de equívocos construídos socialmente como, por exemplo, a própria atribuição de pesos diferenciados ao corpo funcional da esfera administrativa. Esta é baseada em uma visão restrita da cultura organizacional que tende a dar *status* a profissões tradicionais e tidas como sendo elitizadas, em que, infelizmente, não estão comumente enquadrados os profissionais da informação¹.

Como solução para romper com esse círculo vicioso na esfera administrativa, felizmente, os profissionais da informação dispõem de uma série de conhecimentos científicos (de sua área de

¹ Profissionais da informação – é um termo genérico adotado para se reportar a arquivistas, bibliotecários, museólogos e documentalistas.

atuação), inclusive um arsenal normativo (ISO, NR, dentre outros) e legislativo (Leis, Decretos, etc...) que podem embasar sua arguição no processo de sensibilização dos gestores (SILVA, 2012), posto que a empatia e flexibilidade nos aspectos de gestão são meios estratégicos para dar visibilidade à atividade desses profissionais, claro, além da realização de um bom trabalho dentro do contexto institucional, assim como seu engajamento no cenário político e representatividade de classe através de associações, conselhos e sindicatos profissionais.

Vale salientar que as unidades de informação são antes de tudo o local de trabalho e, por essa razão, devem ter o mínimo de sua qualidade ambiental assegurada para que os profissionais que nelas atuam possam desenvolver proficuamente suas atividades no decorrer do expediente de trabalho. E, enquanto mecanismo de difusão cultural, arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação necessitam atender as demandas dos seus usuários com qualidade e satisfação que, muitas vezes, estão associados a algum tipo de apresentação visual atrativa e esteticamente bela, pois são comumente relacionados ao conforto e bem-estar (FALZON, 2007).

Destaca-se, no entanto, a emergência de inovação estética nos arquivos, tendo em vista os pontos já abordados, bem como os avanços e conquistas alcançados pela área de Arquivologia no que diz respeito à atuação profissional que se amplia quantitativamente no cenário nacional brasileiro. Mas mediante a variável qualitativa de atuação, deve avançar rumo ao desbravamento dos aspectos de mediação da informação cultural presente nos acervos.

Dessa forma, podem-se destacar, além dos desafios ocupacionais, os paradigmas de difusão cultural nos arquivos que ainda necessitam de um olhar centrado da comunidade científica e profissional (ALBERCH I FUGUERAS, 1991). É preciso haver um conflito de fatores psicocognitivos em meio ao universo social, em que certamente o diferencial estético pode ser um ponto decisivo para o sucesso nas ações arquivísticas e de outros profissionais em unidades de informação.

Tais prerrogativas, entretanto, além dos desafios institucionais e sociais naturalmente impostos, ainda conjugados àqueles advindos do próprio contexto de formação profissional, uma vez deficiente do ponto de vista da técnica e das *práxis*, não são capazes de empoderar os sujeitos para o enfrentamento das adversidades que fogem ao pragmatismo do fazer arquivístico e que se revelam imprevisíveis para os aspectos de identidade, presunção e flexibilidade profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência estética em arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação não se encontra centrada apenas na beleza, mas nas características do ambiente que podem torná-lo significativamente interessante perante uma série de outros mecanismos culturais que surgiram no contexto moderno da sociedade, inclusive alguns que acompanharam as necessidades desta para coexistirem diante do fenômeno tecnológico e aprimoramento cognitivo das funções culturais, a exemplo da trajetória do cinema mundial.

No cenário brasileiro, os ambientes informacionais de arquivos, por sua vez, têm ganhado visibilidade social enquanto fonte de memória, cultura e informação há pouco tempo, e é fato que há uma longa jornada para sua consolidação, se comparados a museus e bibliotecas que, arquetonicamente falando, já ganharam notoriedade no quesito estética, sendo, então, apreciados e reconhecidos socialmente, fugindo, inclusive, do estereótipo de “local de velharias” e “livros empoeirados” na maioria das vezes.

A experiência do belo tende a ser prazerosa e cognitivamente satisfaz e encanta o usuário enquanto ser humano que tem em sua natureza a necessidade de ser atraído ou despertado quanto ao que lhe pode ser relevante. Nesse aspecto, as iniciativas de ações culturais e difusão da informação nos acervos ficam inviabilizadas ou comprometidas no momento do *endomarketing*.

E o trabalho desprendido no tratamento, preservação e disseminação da informação fica comprometido. É preciso, então, começar a pensar a identidade dos arquivos não apenas buscando tratamento do seu conteúdo, mas projetando um ambiente agradável e eficaz, cognitivamente falando, tanto para os profissionais (que ganham em bem-estar) quanto para os usuários (que têm a experiência aprimorada), pois sem a difusão eficiente dos conteúdos informativos dos acervos, a atividade dos profissionais não cumpre seu ciclo, uma vez que o trabalho do arquivista e dos demais profissionais da informação não tem um fim em si mesmo, sendo ele parte integrante de uma grande rede informacional no contexto social.

Por fim, conclui-se que os arquivos, assim como qualquer outra unidade de informação, necessitam dispor de um *layout* com apelo estético, a fim de encantar seus usuários para além do material tratado (algo que já faz parte de uma grande conquista institucional), pois eles são o elo proeminente entre a razão do trabalho e a quem são projetados os resultados no contexto das unidades de informação.

REFERÊNCIAS

ALBERCH I FUGUERAS, R.; Boadas, J. **La función cultural de los archivos**. Euskadi: Departamento de Cultura, 1991.

BELLOTTO, Eloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

BIAVOASCHI, Magda Barros; LUBBE, Ana; MIRANDA, Maria Guilhermina (Coord.). **Memória e preservação de documentos: direitos do cidadão**. São Paulo: LTr, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

DOMINGUES, J. M. **Sociologia e modernidade**: para entender a sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DUFRENNE, Mikel. **Estética e Filosofia**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FALZON, Pierre (Ed.) **Ergonomia**. São Paulo: Editora Blücher, 2007.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

INNARELLI, Runberto Celeste. Preservação Digital: a gestão e a preservação do conhecimento explícito digital em instituições arquivísticas. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 48-63, jul. /dez. 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.] Campinas, SP Editora INICAMP, 1980.

MANOVICH, Levi. **Infoestética**. 2016. Disponível em: <<http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2928,2.shl>> Acesso em: 02 jul. 2016.

MARTINS, José Maria. **A lógica das emoções na ciência e na vida**. Rio de Janeiro, Vozes, 2004.

MENDES, René (Org.). **Patologia do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2007.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NASIO, Juan-David. **O prazer de ler Freud**. Rio de Janeiro, Zamar, 1999.

NORA, Pierre. **Entre memória e História**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

NORMAN, Donald A. **Design Emocional, por que adoramos ou detestamos os objetos do dia-a-dia**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

RICHARDSON, J. R. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Fernanda. Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. **Boletim Cultural**, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, s. 3, n.1, p.129-133, 2005. Disponível em: < <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14000/2/Arquivosnaerapscustodial00073169.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C.F; LUCIO, P. B. **Metodologia da Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. p. 96-115.

SILVA, I. B. S. Arquivos Institucionais e a Impotência da Informação em Saúde. In: Zeny Duarte; Olívia Pestana; Carmen Abreu; (Org.), **Informação e Saúde**: percursos de interdisciplinidade. Salvador – BA: EDUFBA, 2016, p281-290.

SILVA, M. C. S. M. **Segurança de Acervos Culturais**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2012. 200p.

SOUSA, R. T. B. Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 31-50, 1997.

TUNER, Jonathan H. **Sociologia**: conceitos e aplicações. São Paulo. Makron Books. 1999.

INFORMATION ENVIRONMENT OF ARCHIVES: THE AESTHETIC EMERGENCY IN THE INFORMATION SOCIETY

Abstract: *The discussions about work conditions in information environment of information units, especially archives, overcame the dialogues in professional scope and have acquired, a few years ago, the political basis of due attention to its scientific and pragmatic relevance as a social phenomenon. In this article, it is searched to reflect about the quality of archive as an information environment in its structural dimension, which conjugates workplace and access to information of cultural value. The research strategies used were descriptive and bibliographic (from the point of view of the objectives), with qualitative approach. In relation to the results, it is called attention to the emergency of the functional and aesthetic quality of archives because, as work environments, they need favorable conditions for the work of different professionals like the archivist and the archive technician. As a mechanism of cultural diffusion, it is required an improvement in infrastructure to a better attendance to users. It is concluded that the archives, as well as any other information unit need to dispose of a suitable layout, in order to captivate their users for beyond the treated material in their collection. After all, they are the prominent link between the work reason and those for whom are projected the results in the context of information units. In turn, the users are cognitively influenced by their propensity to the beautiful.*

Keywords: *Archives. Aesthetics. Information Society.*

Originals recebidos em: 30/07/2016

Aceito para publicação em: 26/01/2017

Publicado em: 30/06/2017